

> PALAVRA DO PRESIDENTE

Contrariando a lógica natural das crises – que, via de regra, têm comportamento agudo e duração breve –, a persistente crise político-partidária em torno do chamado “mensalão” vem-se alastrando como epidemia, já se instalando no corpo da nossa vetusta República. Na edição anterior (julho/agosto) desta Revista, tratamos dos escabrosos episódios sobre a corrupção, que assaltavam vergonhosa e continuamente a mídia nacional. Entretanto, expressando ali o sentimento da classe contábil, hipotecávamos nossa esperança de que esse processo doloroso de separar o joio do trigo teria logo um bom termo. Chegamos a indicar o controle, via contabilidade feita por profissional habilitado, como antídoto para os males da Administração Pública. Indo ao número anterior (maio/junho) da mesma Revista, em que se comemorava a queda da MP 232, tem-se a prestigiosa entrevista concedida pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, na qual Sua Excelência afirma: “A classe contábil pode, por exemplo, contribuir muito para a definição de um modelo fiscal mais coerente e ajudar a aperfeiçoar as ferramentas de controle na administração pública”.

Os meses passam e, vez por outra, as ondas de lama do *tsunami* que se precipita sobre o cenário político nacional ameaçam as bases do poder do Governo brasileiro, alcançando mesmo alguns de seus escalões superiores. Enquanto o deputado Severino Cavalcanti proclama aos quatro ventos a sua inocência, mais joio vai aflorando nessa seara maldita. Para não ficar apenas no terreno do Planalto Central, temos no estado mais desenvolvido do País, em espetáculo televisivo, as algemas da Polícia Federal alcançando a família Maluf, cujo líder continuaria negando até sua própria existência para escapar do inescapável.

Enquanto isso, as grandes questões nacionais – as reformas reclamadas pela sociedade civil para diminuir a imoral distribuição de renda; o combate à violência urbana; a redução da carga tributária a um tamanho adequado à economia do País; a reforma política; e a desburocratização, entre outras – continuam pendentes de solução. Até parece que o Estado brasileiro desconhece a sociedade e os governos dirigem um Estado que não conhecem.

A despeito das mazelas crônicas da Administração Pública; apesar da incompetência de sucessivas levas de governantes, de parlamentares e de gestores de partidos políticos; mesmo com a desonestidade “deletando” lideranças do partido majoritário e ameaçando, só no presente caso, a cassação de, no



> José Martonio Alves Coelho – Presidente do CFC
presidencia@cfc.org.br

mínimo, duas dezenas de deputados; com tudo isso, os setores produtivos deste País ainda conseguem gerar números animadores. Os produtos nacionais conseguem ter aceitação lá fora, a inflação mantém-se contida, as contas vão sendo pagas, apesar dos juros exorbitantes, e por aí vai. Isso mostra – como alguém já disse com propriedade – que o Brasil é maior do que a crise, por mais assustadora que seja.

Imaginem, agora, como seria se os burocratas permitissem a abertura de novas empresas; se a legislação tributária fosse inteligível e compatível com o esforço da economia formal, com o Fisco permitindo a geração de riqueza – até mesmo para ter o que tributar. Imaginem se o tempo dos contabilistas, por exemplo, pudesse ser liberado de uma infinidade de obrigações acessórias, de responsabilidade da máquina fiscal, para ser aplicado na geração e na análise de dados/informações gerenciais, destinados ao melhor desempenho da gestão dos negócios. Imaginem se em vez de se digladiarem em crises intermináveis de corrupção e bandalheiras, os nossos quase seiscentos representantes parlamentares estivessem aplicando suas experiências e inteligências nos afazeres para os quais foram eleitos!? Se deputados e senadores se ocupassem, precipuamente, da análise e da discussão de temas decentes, da elaboração de leis justas para criarem as condições indispensáveis ao desenvolvimento da Nação, imaginem de que tamanho seria essa Nação! Imaginem, ainda, se, no lugar da corrupção e da politicagem, houvesse mais ÉTICA nas ações dos nossos líderes políticos!

Enquanto esse sonho não se torna realidade, devemos, como contabilistas e como cidadãos, continuar fazendo a nossa parte. Façamos com dignidade o que nos cabe no contrato: apresentar o nosso trabalho, feito com honestidade e competência. Acompanhemos, com vigilância cívica, o desenrolar desta crise (que já parece uma eternidade!), para aprendermos com ela a fazer melhores escolhas nas eleições futuras.